

A AFIRMAÇÃO PERIFÉRICA COMO NOVA CATEGORIA DE POLÍTICA EXTERNA: UMA ANÁLISE SOBRE A MARGINALIZAÇÃO DA AMÉRICA CENTRAL

Bruna Maria de Azevedo Padilha;

Thales Silva de Oliveira.

RESUMO

O presente artigo visa analisar a atual política externa dos países da América Central, e da influência de fatores históricos e geopolíticos, assim como das relações de poder que promovem discursos que marginalizam a América Central em suas complexidades e especificidades. São utilizadas, como base teórica, as epistemologias de cunho pós-modernista, debatendo de forma crítica as definições de centro e periferia, e de como estas relações de poder influem negativamente na produção histórica e contemporânea da região centro-americana reverberando de forma incisiva na representatividade e participação política internacional destes países na construção do Sistema Internacional multipolar do século XXI. A análise histórica foca nos elementos de identificação dos processos de colonialidade sobre a região, promovendo o diálogo das análises do pós-modernismo com os pós-colonialismos na discussão sobre centro e periferia e da influência dessas categorias no contexto internacional e local, analisando, assim, com maior complexidade os fatores que influenciam nas novas diretrizes de política externa dos países do Istmo, incluindo categorias como a integração regional e a cooperação sul-sul e da inserção destes países em novos cenários de, a partir de complexos que visem a emancipação política, social e econômica do Istmo americano e os desafios que se encaminham durante este processo.

Palavras-chave: América Central. Periferia. Marginalização.

Bruna Maria de Azevedo Padilha, Jornalismo – UniFavip DeVry – bruninha_m10@hotmail.com

Thales Silva de Oliveira, Relações Internacionais – Faculdade ASCES – thalesaderbal9@hotmail.com

INTRODUÇÃO

É cada vez mais visível o progressivo interesse da academia em focar estudos mais específicos sobre a América Latina, essa crescente pesquisa está muitas vezes ligada a perspectivas de interesses econômicos, políticos, diplomáticos e comerciais, assim como de análise das questões específicas destas nações, observando que as previsões ditas hegemônicas trazem análises vistas como superficiais, através de óticas mais críticas, das relações entre os países deste subcontinente. Porém, o que tem observado, é que estas pesquisas terminam por colocar a América Central em posição de periferia, analisando-a de forma bastante marginalizada. Segundo o Dicionário Online Michaelis, marginal é aquele “pertencente ou relativo à margem”, sendo marginalizado “aquele que se marginalizou. Indivíduo mais ou menos improdutivo, indigente, subempregado ou que como trabalhador, embora amparado pela legislação trabalhista, não tem condições de manter uma família, vivendo por isso à margem da sociedade”.

O presente artigo tem como um de seus principais focos, debater os conceitos de Centro e Periferia, através da roupagem crítica do pós-modernismo, observando assim as relações de poder que definem a modernidade, assim como dos diversos tipos de desenvolvimento e produção de conhecimento que esta categoria traz com si, desconstruindo tais perspectivas e as análises de tendência eurocêntrica. Para isso seguiremos uma linha de análise histórica dos países da América Central, reconhecendo as suas especificidades e elementos geopolíticos e históricos que determinam estudos mais focados na região do Istmo americano. A análise histórica debaterá bastante os temas referentes a colonialidade e da identificação destes processos e relações de poder que ainda infringem bastante no perfil atual da região, invisibilizando-a, esses fatores serão observados a partir de um diálogo de perspectivas críticas que tratam dos temas referentes a colonialidade com a crítica pós-moderna, onde a partir das categorias de modernidade e pós-modernidade são feitas análises mais críticas sobre perspectivas que tendem a definir verdades universais, principalmente quando são debatidas análises que se utilizam do conceito de racionalidade para tornar legítimos as formas de produção de conhecimento advindas deste conceito de racionalidade, como por exemplo o empirismo, contestando assim, também, os modelos de desenvolvimento e o discurso de progressão da humanidade a partir da ciência, apontando o quanto esta ciência é determinada por estes padrões de produção de conhecimento, identificado em sua maioria como eurocêntricos, principalmente na crítica pós-moderna e pós-colonial. Pensadores pós-modernistas e pós-positivistas da Relações Internacionais em geral, tendem a ter, então, uma posição bastante crítica ao conceito de racionalidade, acreditando que não existem verdades universais, pois todo

conhecimento é enviesado em complexas relações de poder, vivências pessoais, contextos históricos e sociais e até mesmo interesses (WALKER, 1992).

Será feito então um retrato contemporâneo da região, observando em quais elementos a posição marginal destes países terminaram por influenciar em suas problemáticas e demandas atuais, assim como será feita identificação das relações de poder históricas que determinaram um perfil de análise periférico para estas nações. Serão discutidos temas como a colonialidade, onde as teorias pós-modernas irão fazer um diálogo com os pós-colonialismos, as identidades centro americanas e a desconstrução dos eurocentrismos, os temas que entram como foco de pesquisa sobre a América Central também terão suas análises discutidas, observando assim temas como, por exemplo, os efeitos do pós-guerra civil no Istmo centro-americano, a ação das milícias de crime organizado, a questão da considerável população migrante centro-americana e de como essas ações tem efeitos políticos e econômicos que terminam por reverberar no comportamento dos atores sociais e políticos da região.

Com o resultado das análises dessas categorias, colocando em pauta a política externa dos países do Istmo na contemporaneidade, pretende-se então que seja analisado como a afirmação política destes países em sua posição periférica, tem influenciado na fomentação de relações diplomáticas que considerem a emancipação política deste sujeitos em sua afirmação subalterna. Serão então consideradas, as políticas de integração regional, cooperação sul-sul e da formação de organizações regionais, analisando assim, como, dentro dos estudos sobre estas relações na contemporaneidade, estas se dão de forma estratégica, buscando uma política externa que consiga não só abranger as particularidades destas nações dentro do cenário internacional, assim como uma participação política mais representativa frente aos países ditos do centro.

CENTRO E PERIFERIA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICAS

A priori, será promovido o debate sobre a partir de quais perspectivas e categorias são definidos os conceitos de Centro e Periferia no cenário internacional, assim como analisar quais pontos geográficos estes alcançam como isso também pode estar relacionado a uma certa estabilização que definiriam uma posição dos processos de afirmação políticas destes países dentro do cenário internacional. Nossa análise usará principalmente a temática pós-moderna da modernidade e pós-modernidade, para poder analisar com mais criticidade essa dicotomia.

Segundo o dicionário Aurélio centro pode ser “a parte mais ativa da cidade, onde estão os setores comerciais e financeiros” ou “lugar onde se desenvolvem certas atividades com objetivo determinado” já o conceito de periferia, no mesmo, pode alcançar o seguinte significado: “Numa cidade, a região mais afastada do centro urbano.” Considerando essa perspectiva aplicada ao cenário internacional, tal identificação geralmente surge a partir das análises que definem os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nessas perspectivas também são considerados os países emergentes ou em desenvolvimento.

Outra dicotomia comumente aplicada ao cenário internacional diferencia os países entre os que ocupam a posição de Norte e Sul globais. Essa segunda análise talvez esteja mais próxima das definições de centro e periferia, porém estas últimas surgem de uma perspectiva mais crítica que conseguem observar quais as relações de poder históricas, políticas e diplomáticas específicas definem quem faz parte do centro e da periferia. Uma das teorias mais críticas, que trazem uma revisão as categorias de centro e periferia, são as teorias pós-coloniais, que a partir do ideal da colonialidade, conseguem observar que, mesmo após o fim dos períodos coloniais, as relações de poder entre os países que historicamente ocuparam a posição de colonizador e os que ocuparam a posição de colônia, ainda se dão de forma hierárquica, onde ainda são seguidos modelos de desenvolvimento, e relações que ainda fomentam ideais econômicos e políticos descendentes dos países do centro, subalternizando as particularidades e o conhecimento dos países da periferia através de complexas relações de poder que ganham força a partir de idéias diplomáticas e culturais (JERREMS; FONSECA, 2012).

Essa análise de vertentes mais críticas, onde se encaixa também o pós-modernismo, consegue observar mais claramente que essas relações estão baseadas em relações bem mais complexas do que os simples levantamento de dados de desenvolvimento sócio econômico, por exemplo, mas sim em relações que tornam legítimas as ações tomadas com base no conhecimento produzido em determinado ponto geográfico, sendo as perspectivas eurocêntricas um dos exemplos de maiores críticas destas análises denominadas desconstrutivistas. Considerando que a produção de conhecimento está intimamente ligada aos interesses políticos, de formação e de legitimidade dos discursos (JACKSON; SØRENSEN, 2007). Dessa forma, é possível observar muitos pontos onde as teorias pós-coloniais e pós-modernistas dialogam.

Aplicando-se então estes ideais, pode-se dizer que o centro seria visto como algo historicamente produzido, que assim resulta da ação, ao longo do tempo, de inúmeros atores, que a partir de suas ações conjuntas e individuais para a formação do centro. A mesma ideia para periferia, mas com os prejuízos das ações dos atores para a formação da periferia, ou mesmo por subalternizá-los em sua própria formação como atores políticos, no

caso o que seria marginalizado pelas ações destes atores estaria dentro desta periferia, como mostram Marcelo Vieira e Miguel Caldas.

Muitos autores, como Harvey (1993) e Derrida (1967), caracterizam a chamada “era pós-moderna” por diversos elementos, como a globalização; o relativismo e o pluralismo, caracterizados pela dissipação da objetividade e da racionalidade, tidas como tipicamente modernas; a espetacularização da sociedade, marcada pela centralidade da mídia e da imagem; a cultura de massa; a normalização da mudança pela perpetuação de tudo como volátil e transitório; o papel do indivíduo na sociedade primordialmente como consumidor; e a comoditização do conhecimento. (VIEIRA e CALDAS – 2006)

A MARGINALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AMÉRICA CENTRAL SOB A ÓTICA DA COLONIALIDADE E PÓS-MODERNIDADE

É bastante comum que se pense no Iluminismo como uma grande linha de pensamento histórica visam a emancipação política, por exemplo, a categoria do iluminismo dialoga bastante com as linhas de pensamento que serviriam de base para o liberalismo político e o diálogo que este faz com categorias que mais tarde iriam defender novos modelos de democracia, livre comércio (em um complexo diálogo com o liberalismo econômico) entre diversas outras categorias que, segundo as perspectivas que as defendem são essenciais para a promoção da emancipação do ser humano como ser social e político.

Para tornar isso legítimo, são impostas diversas categorias que definiriam agendas e metodologias de pesquisa, a partir de elementos que debatem por exemplo, empirismo e o conceito de racionalidade, definição que surge também com uma grande força na definição de que tipo de conhecimento seria tido como realmente válido, em uma resposta tida de urgência às perspectivas religiosas, mas que ao redefinirem novas categorias de mensurabilidade sobre o conhecimento, terminaram por reproduzir discursos que definem novas verdades universais, como enxergam as análises teóricas mais críticas, e assim pouco contribuem para a tão discursada emancipação de outras perspectivas de

conhecimento, principalmente, quando se debatem questões como a dicotomia modernidade x pós-modernidade e colonialidade.

Na epistemologia Pós-modernista, as perspectivas iluministas são criticadas de forma densa, pois para Habermas e outros teóricos de Frankfurt, no mundo pós-moderno o projeto iluminista não faria mais sentido. O conceito de racionalidade seria muito mais impreciso do que o Iluminismo poderia pensar, assim, o conhecimento poderia ser apenas entendido com o tempo, espaço e contexto social em que se é elaborado, por indivíduos e grupos. E apesar de toda a teoria se desconstruir, seria para revelar e entender seus pressupostos e contradições, que essas contradições mostrariam os vários sentidos do conhecimento como a dinâmica e o contexto que se foi criada e legitimada tal perspectiva (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

Assim, utilizando o tema da colonialidade e de como esta infringe no contexto social da América Central ainda na atualidade é de extrema importância para o debate sobre a região quando se faz uma análise pós-modernista de identificação das relações de poder que atuam sobre os contextos políticos, econômicos, diplomáticos, comerciais, sociais e de produção e reprodução do conhecimento. Esses estudos crescem de forma bastante essencial ao promover novos projetos de emancipação, partindo do pressuposto o reconhecimento de ações mais próprias referentes aos atores estatais e não estatais da região do Istmo centro-americano, entendendo processos como, por exemplo, a conformação histórica das estruturas políticas e sociais que atuam na região, o complexo debate sobre os conflitos que atingiram a região na segunda metade do século XX frente ao binário debate sobre a Guerra Fria, entre outros contextos de identificação da colonialidade do saber, na produção de conhecimento histórico sobre a região.

AS IDENTIDADES PERIFÉRICAS E A AFIRMAÇÃO DESTA NA ANÁLISE HISTÓRICA E NA CONFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS POLÍTICAS E SOCIAIS

Para que se possam entender melhor as especificidades do subcontinente centro-americano, é preciso que se façam algumas revisões históricas referentes aos perfis históricos da região, analisando quais são as inferências que processos como a colonização e a marginalização histórica que coloca a região em ponto periférico do sistema internacional terminam por influir na análise das problemáticas centro-americanas contemporâneas, referente a uma complexa afirmação das identidades centro-americanas frente aos eurocentrismos e outras categorias de análise do gênero.

Inicialmente faz-se uma diferenciação dos perfis históricos entre a América Central Ístmica e a América Central Insular, a primeira é tida como a estreita faixa de terra continental que fica entre a América do Norte e a América do Sul já a América Central Insular, muitas vezes popularmente chamada também de Caribe ou Antilhas são as diversas ilhas principalmente localizadas entre os ditos, Mar do Caribe e Golfo do México.

A América Central Ístmica, ou continental tem um perfil histórico bastante parecido, é formada atualmente por sete Estados, sendo estes; Belize, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, os cinco últimos foram colonizados pela Espanha, formando na época a Capitania Geral da Guatemala, se tornando independente em 1821, onde formaram a República Federal Centro-americana, em 1840 a mesma se desintegra, porém deixa como herança uma espécie de solidariedade favorável a processos como, por exemplo, a integração regional que perdura até hoje (AVILA – 2010).

Essa perspectiva favorável a processos de integração regional, definidos por Carlos Ávila como herança do chamado legado morazanista, em função da obra de Francisco Morazán (1792-1842), reconhecido líder unionista referente ao contexto centro-americano. Esse grande favorecimento por processos desse tipo termina tendo grande influência na formação da América Central Contemporânea, na formação de blocos regionais como o SICA (do qual vamos tratar com maior especificidade no tópico 4 deste texto), da identificação periférica que abrirá portas para processos como, por exemplo, o regionalismo aberto no istmo.

A América Central Insular tem um perfil histórico um pouco mais complexo, inicialmente é preciso destacar que apesar da colonização espanhola também ter sido forte na região, esta também foi colonizada por vários outros Estados, incluindo; Reino Unido, França e até Holanda, destacando o contexto geográfico onde as várias pequenas colônias ficavam basicamente próximas tanto em elementos territoriais quanto geopolíticos.

Um dos elementos históricos mais ilustrativos da Grande Bacia do Caribe são os relatos referentes à tida época dourada da pirataria, onde diversas embarcações, repletas de riquezas que haviam sido retiradas da região, principalmente espanholas foram saqueadas pelos tidos criminosos do mar que se organizavam fortemente na região.

A região também recebeu uma quantia considerável de escravos africanos traficados o que termina por influenciar grandemente na formação étnica e antropológica desta região, atualmente, como também reflexo de processos imperialistas que muitas vezes forçam a abertura econômica dos países da região, a América Central Insular é comumente conhecida pela economia baseada, muitas vezes, basicamente no turismo e na formação de “paraísos fiscais”.

Ao ser feito o traçado histórico específico das sub-regiões da América Central, é possível observar com uma maior complexidade o quanto o conhecimento sobre esta ainda é bastante enviesado em análises muitas vezes eurocêntricas ou favoráveis a específicos hemisférios globais que manifestaram ações imperialistas no domínio da região. A partir do momento em que são feitas estas desconstruções históricas, observa-se que estas relações de poder ainda estão bastante ligadas a mecanismos de reprodução da colonialidade, por exemplo, e assim ao promover a emancipação destes, se consegue analisar com uma ótica mais crítica quais os fatores e elementos sistêmicos que dão forma aos traçados da América Central Contemporânea. Nosso estudo dará maior foco para as especificidades da América Central Ístmica, visto que historicamente é preciso entender bem as categorias que dividem a sub-região da América Central em Istmo e Caribe, escolhendo focos de pesquisa.

A partir da pesquisa feita pelos atuais doutorandos em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Juliana Vitorino e Aleksander Aguilar no artigo “Entre o Norte e o Sul: a América Central na periferia do sistema internacional” pode-se chegar a um gráfico que mostra que dentre as várias revistas que tratam sobre América Latina, descendente de uma já considerável e bastante rica produção literária sobre a região, que surge muito a partir de interesses específicos, principalmente econômicos. Destas, das poucas que tratam as especificidades da América Central, uma porcentagem considerável (em soma, 57,4%), tratam de temáticas ainda bastante negativas, dos quais as quatro que mais se destacam são a condição de Estados pós-guerra, a debilidade das instituições, as *maras* e a violência além das constantes migrações. Reconhece-se que os temas tratados são problemáticas bastante consideráveis no contexto centro-americano, porém segundo Vitorino e Aguilar, ao persistir nesses temas, a academia pode terminar reproduzindo análises generalizadas, deixando escapar temas mais latentes as novas configurações sociopolíticas do istmo, como por exemplo, ao observamos o mesmo gráfico nota-se que temas como, por exemplo, a atuação dos Estados Unidos no região (esta bastante visada por teóricos críticos a partir das categorias dos novos imperialismos) e da identidade centro-americana, que ocupam, respectivamente, apenas 1,8% e 0,3% no mesmo (2013).

Ao analisarmos os temas que ocupam a posição de “*mainstream*” sobre a América Central Contemporânea a partir de uma perspectiva mais crítica sobre os conceitos de imperialismo, verdade universal, modernidade e colonialidade consegue-se observar que o retrato das problemáticas atuais do subcontinente deve-se muitas vezes a perspectivas de marginalização histórica, social e até mesmo político-diplomáticas que incluem a região na categoria de *periferia* e tornam legítimas as ações do *centro* sob esta.

A análise sobre a situação dos Estados pós-guerra é bastante considerável e ao observar-se com maior criticidade, está, em muitas vezes intimamente ligada às

problemáticas das migrações centro-americanas. Apesar de a academia insistir em incluir a América Central como parte do contexto de Guerra Fria, ou seja, em sua definição inicial, sem a presença de conflito armado, esta região sofreu com fortes guerras civis e entre si, das quais a influência da Guerra Fria e das perspectivas ideológicas que a categorizam são bastante consideráveis.

A perspectiva do pós-guerra na região também tem forte influência em causas como o desemprego e as constantes migrações centro americanas, segundo Vitorino e Aguilar:

As migrações são feitas, frequentemente, em situação de emergência, o pós-guerra centro-americano é identificado como o período em que se formou um novo fluxo migratório, impulsionado por uma ausência generalizada de políticas nacionais de desenvolvimento. Além disso, o investimento produtivo e a geração de empregos formais são outras áreas carentes que acabam por não reter os nacionais na região. (VITORINO, AGUILAR - 2013).

As migrações do continente centro-americano são tão constantes que muitos autores e até mesmo políticas públicas já o incluíram como categorias de análise, denominando-os “migradólares”, essa definição se dá por que esses emigrantes mandam quantias consideráveis de dinheiro para seus familiares que permaneceram no istmo. Segundo Carlos Ávila em seu artigo sobre a inserção internacional do istmo, cerca de 4 milhões de centro-americanos vivem fora do mesmo, principalmente nos Estados Unidos, estes enviam, em soma cerca de 12,5 bilhões de dólares a seus países, o que forma uma porcentagem considerável do Produto Interno Bruto destas nações. O que torna essa soma um conjunto de recursos vitais para a economia dos países do istmo (AVILA – 2010).

Um exemplo bastante ilustrativo em relação aos migradólares é o das políticas de El Salvador para a captação das quantias, onde o governo tem um duplo e contraditório papel, de assegurar a residência dos salvadorenhos fora, evitando políticas de deportação que poderiam agravar problemáticas como, por exemplo, o desemprego, assim como manter os vínculos que fazem os emigrantes continuem enviando as remessas para El Salvador.

A considerável debilidade institucional e o debate sobre os emigrantes centro-americanos dialogam fortemente com a questão do crescimento de organizações crime organizado no istmo, como, por exemplo, as *maras/pandilla*. A debilidade institucional

anteriormente citada também surge como reflexo das guerras nas regiões, onde o volume de migrações aumentou consideravelmente. Pode-se citar o exemplo da formação da Mara Salvatrucha 13, reflexo, principalmente, de uma política de deportação em massa dos Estados Unidos. Essas pessoas haviam se constituído nas grandes zonas periféricas de cidades estadunidenses como Los Angeles e já haviam conseguido desenvolver ali uma complexa engenharia de ação de crime organizado baseadas no narcotráfico e em parcerias com cartéis de drogas. Ao serem deportados de volta para seus países passou-se a observar que estes conseguiram se estabelecer consideravelmente no istmo, ainda mais observando que estas estão já bastante infiltradas nas instâncias governamentais, o que torna a capacidade de resposta estatal ainda mais frágil. Tentou-se ainda durante um período aplicar as políticas denominadas “mano-dura”, das quais se tratavam perspectivas de ação mais coercivas, porém estas não resolveram o problema, e só aumentaram a população carcerária do istmo, já que é preciso analisar que o desenvolvimento da violência e do crime organizado nestas regiões surge de um contexto de privações generalizadas e falhas na garantia do estado de direito e não da falta de controle social.

Um dos exemplos que mostram o quanto os temas do pós-guerra, das migrações e do crime organizado dialogam fortemente entre si é o da constante migração de crianças desacompanhadas que todos os anos tentam atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos, segundo Juliana Vitorino, entre 50 e 60 mil no ano de 2014. Essas crianças muitas vezes fogem da violência causada pelos ditos “caras que vieram do Norte” que são justamente as pessoas que foram deportadas e formam atualmente organizações como a Mara Salvatrucha 13 e a Barrio 18, consideradas duas das maiores gangues do mundo. Estas podem muitas vezes se encontrarem em famílias desestruturadas. Assim, a presença das gangues pode se estabelecer de forma positiva em relação aos jovens, oferecendo abrigo e confortos mínimos ou negativamente ao promoverem perseguições, por exemplo, aumentando a evasão escolar na região e a migração das populações de jovens e crianças (VITORINO – 2014).

POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA NA AMÉRICA CENTRAL: INTEGRAÇÃO REGIONAL, COOPERAÇÃO SUL-SUL E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

A integração regional do istmo tem grande influência da perspectiva histórica já anteriormente citada, porém é apenas em 1951, através da criação do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-americano, nesta época o processo de integração regional da América Central tinha grande influência do modelo de integração que estava

começando a surgir na Europa e que mais tarde daria abertura para a formação da União Europeia. Os avanços obtidos do processo de integração levaram ao aprofundamento, através do *Tratado General de Integración Económica Centroamericana*, em 1961 (AVILAR, VITORINO – 2013).

As guerras civis que aconteceram na região a partir da década de 1960 fizeram com que os processos de integração regional sofressem uma pequena e considerável pausa, porém na década de 1980, quando alguns dos conflitos armados mais extremos começaram a ser solucionados pouco a pouco, a esperança na integração regional volta a ser forte e crescente na região.

O Sistema da Integração Centro-americana (SICA) é o bloco onde atualmente se dá, através de suas agências especializadas, as ações de cooperação e solidariedade intrarregionais no Istmo centro-americano. Criado em 1991 a partir do Protocolo de Tegucigalpa, sendo voltada para formação de ações que impulsionem as democracias e preservem pelos temas de segurança na região. É formado pelos sete países do istmo além de ter a República Dominicana como associada. Como observadores regionais estão o Brasil, o México e o Chile e como observadores “estrangeiros” estão Espanha, China e Alemanha. A integração do istmo, principalmente nos governos anteriores a ascensão da centro-esquerda, se dá fortemente em uma perspectiva de regionalismo aberto, o que termina por receber muitas críticas, pois muitos analíticos observam que a livre entrada e saída, principalmente dos liberais na região, pouco contribui para um desenvolvimento mais próprio da região, tornando estas academias dependentes e pouco atendendo as demandas sociais específicas das populações, muito menos para a preservação do meio ambiente desta.

A partir das novas eleições e da ascensão dos partidos de centro-esquerda no istmo (todos os países estão estabelecidos em regimes democráticos de governo, apenas Honduras que havia sofrido recentemente com alguns reflexos de ações internas que corroboram para questionamentos e complexos debates sobre modelo democrático que ali se dá), o tema da cooperação sul-sul também se desenvolveu, fortemente na região, que passa a desenvolver uma política externa, ainda mais para os países ditos subdesenvolvidos, tanto no âmbito hemisférico, quanto através de relações bilaterais e multilaterais, foram fortalecidas relações com a Aliança Bolivariana Para os Povos das Américas, China e até Taiwan, sendo que dos poucos 23 Estados que estabelecem relações diplomáticas com a ilha, 06 estão na América Central (VITORINO, AGUILAR – 2013).

Assim, a cooperação sul-sul, apesar de algumas controvérsias, como por exemplo, o estabelecimento de relações tanto com a China quanto com Taiwan, o que historicamente, o

fortalecimento de um lado, poderá contribuir para o enfraquecimento das relações com o outro, tem se mostrado uma forte perspectiva de inserção internacional do istmo.

Ainda são muitos os questionamentos a serem feitos, desde, por exemplo, a questões referentes ao meio ambiente que dialogam fortemente com a presença, cada vez mais forte da China nas economias centro-americanas se manifestando de forma ainda mais ilustrativa em projetos, como, por exemplo, o do Canal Interoceânico da Nicarágua, entre outros do tipo, que entram totalmente em conflito com as agendas mais radicais de preservação do meio ambiente e dentro do país com os movimentos sociais que abordam a importância da preservação do meio ambiente, as populações indígenas entre argumentos que lembram o Lago da Nicarágua como principal fonte de água potável para o país e assim contestando se estes modelos de desenvolvimento, que mesmo dentro de um processo de cooperação sul-sul, ainda estão muito ligados somente a ótica do crescimento econômico (principalmente quando se consideram os interesses das empresas privadas que estão financiando o projeto), realmente são emancipatórios considerando o papel subalterno que ocupa a América Central.

A perspectiva da cooperação sul-sul, entra em espaço ainda mais conflituoso, quando tem que dividir os protagonismos da política externa com o ainda fortemente presente regionalismo aberto, que dão abertura para processos, como por exemplo, os acordos de livre comércio com os Estados Unidos, as ações de subordinação das direitas centro-americanas aos Estados Unidos, principalmente após os ataques de 11 de setembro, mostram o quanto ainda é forte a influência estadunidense na economia da região, principalmente quando esta ainda estava sob governo dos partidos de direita.

Apesar das diversas críticas, questionamentos e debates que ainda serão feitos, já é possível observar com uma considerável clareza que os países da América central estão cada vez mais em busca da multipolaridade, sendo através das relações hemisféricas ou pela cooperação sul-sul. Com participação cada vez mais ativa em organizações internacionais sempre tentando trazer aos debates as categorias de identidade e representatividade do subcontinente. As relações do SICA com a União Europeia também tem tido seus laços estreitados, além das cooperações diplomáticas com países asiáticos e latino-americanos, como já anteriormente citados. Destaca-se ainda a forte relação eu os países tem, tido com o Brasil, que atualmente está como observador regional do SICA, como já anteriormente citado, além ter crescido cada vez mais os volumes de importação e exportação destes países com o Brasil. O que mostra como os países do istmo tem se organizado, apesar das ainda muitas debilidades, em reconhecimento de seu papel periférico, para uma busca cada vez mais preponderante pela multipolaridade e pela maior representatividade emancipatória no âmbito da alta política internacional, considerando a

ação de seus movimentos sociais internos, e do reconhecimento de suas demandas específicas, em busca de uma ótica sobre o desenvolvimento mais própria e não pré-determinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica pós-moderna dialoga fortemente com as questões centro-americanas retratadas neste texto, apesar ser mais usual tentar observar essas questões a partir de uma análise crítica às categorias de colonialidade, procuramos reconhecer que partir da problematização dos conceitos de modernidade e pós-modernidade e do diálogo destas com a observação das colonialidades, trazer uma nova roupagem crítica a essas questões e assim tentando observar como estes processos se reverberam na política externa dos países da América Central, quem ao reconhecer-se como periférica, tenta promover, no contexto contemporâneo e com forte influência dos movimentos políticos internos que fizeram com que se ascendessem, por exemplo, partidos de centro-esquerda para os governos destes países, uma política externa que dialogue mais com ideais de independência.

Assim, esses questionamentos terminam por nos levar a contestar até que ponto a modernidade não atende a perspectivas eurocêntricas e hemisféricas de desenvolvimento, e dessa forma passa a desconsiderar as especificidades dos países da América Central, assim como não reconheceu suas demandas de saber histórico destes atores.

Reconhece-se que os debates plurais entre os atores, apesar de esta ser, muitas vezes, uma perspectiva de tomadas de decisões mais complexas e demoradas, talvez esta funcione melhor para a análise e formação de políticas na América Central, principalmente quando se debatem categorias emancipatórias, reconhecendo assim a crítica pós-moderna às verdades únicas e as relações de poder por trás destas.

Assim, é possível observar com maior criticidade os elementos as ações e decisões tomadas em nome do desenvolvimento da América Central, promovendo uma análise que vise aprofundar o conhecimento sobre os atores que atuam na região e como isso formaliza opiniões que irão refletir no âmbito, político, social e do direito destas populações. Reconhecendo a ação de atores tanto estatais, quanto não-estatais, e como estes tem contribuído nestes processos.

Torna-se então, uma missão mais simples analisar os processos que determinam a conformação das estruturas sociais dos países do Istmo frente a esses fatores ligados aos

diversos tipos de colonialidade, de forma que estes, enquanto periferia terminam por seguir os modelos políticos e econômicos dos países do centro que são identificados pelas teorias pós-modernas como determinados a partir da manutenção destas relações de poder que tornam, por exemplo, o livre comércio, como uma verdade universal e como a opção mais viável na busca pelo desenvolvimento.

É preciso, ao mesmo tempo, também destacar que estas relações de conformidade no âmbito periférico não se dão de forma passiva, como pode ser historicamente reproduzido, mas sim a partir de um complexo consenso que também consiga abranger interesses dessa periferia, mesmo assim, ao observar-se esse comportamento com maior criticidade, estas estruturas, também por sua marginalização diplomática histórica, terminam por realmente reproduzir estes comportamentos como a única opção que estes atores subalternos tem pela frente e dessa forma consegue-se observar diversos processos que aconteceram e acontecem constantemente no âmbito da América Central, como por exemplo os acordos com os Estados Unidos, as ambíguas políticas relacionadas aos “migradólares” e até mesmo nos processos, inicialmente vistos como emancipatórios, entre estes a cooperação sul-sul e a integração regional, podem ser encontrados casos como o do Canal Interoceânico da Nicarágua em parceria com a China e as questões referentes ao que é definido como “regionalismo aberto”.

Apesar de todas estas questões, é possível observar o contínuo crescimento das relações de cooperações sul-sul e da formação de organizações regionais na América Central, de forma que nos anos que sucederam os conflitos que abrangeram o subcontinente na segunda metade do século XX, estes países tem cada vez mais buscado se organizar em sua afirmação enquanto atores periféricos para que estes possam conseguir mais representatividade política legítima frente ao cenário internacional, entrando no século XXI com fortes e crescentes políticas de integração política e econômica no âmbito regional e fomentando relações com outros países identificados como países do Sul Global, como por exemplo o Brasil, que como já citado anteriormente está como observador regional do SICA, sendo um grande exemplo da busca dos países do Istmo americano pelo estreitamento de relações com os países da Ásia, África e principalmente América Latina e Caribe, fomentando uma política externa mais independente mesmo que ainda existam grandes desafios a estes novos processos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Willy Soto; ULLOA, Max Sáurez (editores) – **Centroamérica: casa común e integración regional** – 2014.

ACOSTA, Willy Soto; FIGUEIREDO, Ana Flávia Andrade de Figueiredo; SILVA, Marcos de Araújo – **Cosmopolitismo, Antiutilitarismo e Pós-colonialidade: Interfaces, possibilidades e perspectivas** – 2015.

ACOSTA, Willy Soto; CAMACHO, María Fernanda Morales – **El Fenómeno de La Integración Regional en la Disciplina de las Relaciones Internacionales: Una Contribución Teórica a Partir de La Postcolonilidad y la Teoría de la Sociedad Global** – 2015.

AGUILAR, Aleksander / VITORINO, Juliana - **Entre o Norte e o Sul: a América Central na periferia do sistema internacional.**

AVILA, Carlos Federico Domínguez - **A América Central e sua inserção internacional: um balanço das suas relações hemisféricas e globais** – *Revista de Economia e Relações Internacionais* - volume 9/ número 17/ julho 2010 ISSN 1677-4973 – pag. 79 a 91.

CARDONE, Ignacio J. – **Soberania, Meio Ambiente e Política Interna no Conflito Limítrofe Entre a Costa Rica e a Nicarágua** – 2013.

DEVETAK, Richard – Postmodernism – Chapter 7 – pag. 161 a 187 – **Theories of International Relations** – Palgrave Macmillan – Third Edition.

FONSECA, Melody; JERREMS, Ari - **Pensamiento decolonial: ¿una “nueva” apuesta en las Relaciones Internacionales?** – 2012.

JACKSON, Robert/ SØRENSEN – **Introdução às Relações Internacionais** – Rio de Janeiro – Zahar – 2007.

PERLATTO, Fernando - **Os desafios para uma sociologia global: centros e periferias na geopolítica da teoria sociológica** – Disponível em <actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT31/GT31_PerlatoF.pdf>, acesso em 09/05/2015.

SARFATI, Gilberto – **Teorias de Relações Internacionais** – São Paulo – Saraiva – 2005.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão / CALDAS, Miguel P. - **TEORIA CRÍTICA E PÓS-MODERNISMO: PRINCIPAIS ALTERNATIVAS À HEGEMONIA FUNCIONALISTA.** <Disponível em scielo.com> acesso em 06/05/2015.

VITORINO, Juliana - **Crianças migrantes – drama estadunidense ou tragédia centro-americana?** – Disponível em <www.grupoamericacentral.wordpress.com>, acessado em 03/05/2005.

WALKER, R. B. J. – **Inside/Outside: International Relations as a Political Theory** - 1992.